

O Castelo de Mogadouro – Breve Contextualização Histórico-arqueológica

Documento histórico-arquitectónico de reconhecimento do real, o Castelo de Mogadouro representa um testemunho (legado) da nossa memória colectiva e sobre o qual vai reflectir-se para as gerações vindouras o nosso respeito pelos testemunhos da nossa identidade comum.

As estruturas edificadas, actualmente existentes são o resultado de sucessivas alterações ocorridas em diversas épocas e infligidas sobre uma hipotética fortificação inicial, construída no período da Reconquista Cristã. A estrutura defensiva inicial podia ser composta apenas por uma cerca amuralhada que acompanharia a orografia do terreno e na eventualidade de ataque a população acorria para o seu interior.

No ano de 1145 D. Fernão Mendes faz a doação do Castelo de Longroiva (no actual concelho de Meda) aos Templários. Por associação, e devido à inexistência de um documento da época, que indique uma data precisa para a doação do Castelo de Mogadouro, o escambo possivelmente terá sido outorgado no mesmo ano por D. Afonso Henriques (1108-1185) e, também por intermédio de Fernão Mendes, na altura *tenens* (senhor) das terras de Bragança.

Na Bula do Papa Urbano III, datada de 22 de Maio de 1187, confirma-se a posse de determinados bens doados aos Templários durante o reinado de D. Afonso Henriques, na qual se pode ler “(...) *et ex dono uasallorum duo oppida, Lagoram scilicet et **Mugadoram**, (...)*” (Teixeira, 2006 Vol. I).

O Castelo de Mogadouro foi doado e erigido no contexto histórico da formação de um novo reino que exigia a consolidação e povoamento das suas fronteiras. Toda a linha de fronteira raiana de Trás-os-Montes, desde Vinhais a Mogadouro, foi dotada de estruturas militares com o intuito de proteger o novo reino, constantemente ameaçado pelo reino vizinho leonês.

É neste prelúdio de um processo de autonomia que os Templários executam obras de transformação e/ou de requalificação nas suas várias estruturas castelares. Na actualidade não há conhecimento de um documento com a informação precisa da edificação ou das transformações ocorridas no Castelo de Mogadouro. Em oposição, no Castelo de Penas Róias, foi detectada uma inscrição que, segundo a interpretação de Mário Barroca, parece indicar o ano de 1172 (ou 1182) como a data provável para a sua construção. A semelhança arquitectónica e o contexto histórico de ambos, os dois Castelos terão sido construídos nos finais da 2ª metade do século XII.

Na 2ª metade do século XII, o mestrado da Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e o Templo de Salomão em Portugal pertencia a D. Gualdim Pais, sobre o qual se coloca a hipótese de ter sido o arquitecto responsável pela introdução de novos conceitos e de novos elementos estruturais na arquitectura medieval militar portuguesa. Inspirado pelas suas incursões ao Próximo Oriente no período da Segunda Cruzada, no Castelo de Mogadouro estas novas soluções reflectem-se com a edificação da Torre de Menagem. A nova estrutura arquitectónica que seria o último reduto defensivo em caso de assalto, tinha a função de vigia e a do comando das operações. Beneficiando da topografia do terreno, a torre de menagem do Castelo de Mogadouro assenta sobre o afloramento rochoso na zona mais elevada. De

planta quadrangular com três pisos, durante o período do estilo arquitectónico românico, posicionava-se isolada no centro do recinto amuralhado, com o acesso sobrelevado, apenas transposto com o recurso a uma escada amovível. A sua concepção inicial baseou-se no intento de adaptar as suas estruturas ao conceito de “defesa passiva”, fundamentado na preparação dos castelos para a resistência a longos cercos, dotando-os com estruturas para o efeito, em detrimento de elementos de contra ataque.

No ano de 1196 o Castelo de Mogadouro retorna para o poder régio, dando por permuta Idanha-a-Velha aos Templários. Pensamos que esta troca de territórios deveu-se à necessidade que o Rei D. Sancho I (1154-1211) tinha em consolidar o poder régio nesta região.

Esse facto, aliado a uma internacionalização pela Europa Cristã da Ordem Templária e a permanência de membros da Ordem nos locais ameaçados por membros da mesma ordem, mas de outro reino, podia colocar em risco a defesa da nossa linha de fronteira. Os cavaleiros Templários surgiram para defender a fé cristã e não para combater homónimos. Razão pela qual D. Sancho I promove o escambo com a referida Ordem, entregando-lhes Idanha-a-Velha (Idanha-a-Nova – Castelo Branco), aonde esta frente a montante do Tejo encontrava-se numa posição de maior pressão face à ameaça dos exércitos muçulmanos.

Nos inícios do século XIII, D. Sancho I volta a ceder aos Templários as Igrejas e os castelos de Mogadouro e Penas Róias. Os testemunhos inscritos nas Inquirições de 1258, realizadas por ordem de D. Afonso III (1210-1279), descrevem que as Vilas de Mogadouro e Penas Róias estavam entregues aos Templários.

No ano de 1272, D. Afonso III atribui o primeiro foral a Mogadouro, reivindicando para si a posse de todos os bens que os Templários detinham em Mogadouro e no seu termo. Este processo litigioso conhece a sua decisão final no ano de 1273, confirmando a posse régia dos Castelos de Mogadouro e Penas Róias. No dia 18 de Novembro de 1273, D. Afonso III outorga novo foral à Vila de Mogadouro.

No decurso do século XIV o Castelo encontra-se no domínio do monarca, que nomeava alcaide e, de acordo com o primeiro foral, a Vila detinha autonomia e o padroado da Igreja de S. Mamede estava entregue à Ordem de Cristo (herdeira da Ordem Templária).

De forma a responder às novas exigências militares durante os séculos XIII e XIV, o Castelo terá sido alvo de transformações significativas provavelmente; o seu perímetro terá sido alargado e a Torre de Menagem adossada ao pano da muralha. A muralha seria reforçada por novos torreões.

Durante o reinado de D. Fernando (1345-1383), nomeadamente durante o período denominado de “guerras fernandinas”, o Castelo vai ser alvo de sucessivos ataques por parte dos castelhanos.

No decurso da crise de 1383-85, período denominado de Interregno, a sucessão ao trono de Portugal estava em disputa entre D. Beatriz (esposa do rei de Castela) e o futuro monarca D. João I (filho ilegítimo de D. Fernando). Como consequência do apoio prestado a D. Beatriz, D. João I (1385 – 1433) eleva à condição de Vila o Azinhoso, outorgando foral no ano de 1387. Obriga a Vila de Mogadouro a prestar auxílio na reparação do Castelo de Trancoso.

Após a consolidação da independência nacional, D. João I efectua a doação de Mogadouro a Pero Lourenço de Távora, por volta de 1401. É a partir deste período que se inicia o processo de residencialização do Castelo. No ano de 1509, Duarte d’Armas, escudeiro

de D. Manuel I, desenha no seu livro das Fortalezas, uma estrutura palaciana, no qual ainda se evidencia a Torre de Menagem, com novos edifícios anexados e o perímetro alargado.

Acusados da tentativa de regicídio contra D. José I (1750-1777), todos os bens da respectiva família foram arrestados e diversos membros da família executados. Neste contexto o Castelo/Palácio de Mogadouro torna-se na residência dos Juizes de Fora até 1834. A partir desta data inicia-se o processo de ruína do Castelo de Mogadouro.

Na obra “Os Meus Amores”, o escritor Trindade Coelho dá-nos conta do estado de ruína que anunciava o Castelo, *“Ao alto, dominando a negrura chamuscada dos telhados, o velho castelo, romano de origem, fazia tristeza com as suas ameias derrocadas e as grossas a paredes em ruínas.”*.

Na década de 50 do século precedente, a antiga Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais executa obras de restauro e, na actual década, são efectuadas obras de consolidação em todas as suas estruturas, pela Direcção Regional de Cultura do Norte com apoio do Município de Mogadouro na intervenção arqueológica.

O Castelo de Mogadouro mais do que um símbolo de uma região é um marco histórico que foi parte interveniente do nosso passado nomeadamente, na fundação da nossa nacionalidade.

No ano de 1946 o Castelo de Mogadouro é classificado como Monumento Nacional, segundo o decreto n.º 34 452, de 2-1-1946.

Emanuel Campos
Arqueólogo do Município de Mogadouro

Bibliografia:

- IPPAR, (2006) – “Castelo de Mogadouro: uma intervenção” in Revista Património e Estudos, Lisboa; IPPAR.
- TEIXEIRA, Ricardo (2006) – “Castelo de Mogadouro: Estudo Histórico”.
- ALMEIDA, Carlos A. F. de, (2001) – “Historia da Arte em Portugal – O Românico”; Lisboa: Editorial Presença.